



### CAMPANHA #OBRIGADOPROFESSOR JÁ ESTÁ NO TERRENO

INICIATIVA DA FNE E DOS SEUS SINDICATOS PRETENDE VALORIZAR A IMAGEM SOCIAL DOS PROFESSORES

**P.2, P.3, P.4, P.5, P.6**

## NESTA EDIÇÃO

**P.8** - MAIS DO QUE AS PESSOAS O QUE IMPORTA SÃO AS POLÍTICAS

**P.8** - REVISÃO DO CCT DAS IPSS  
**HÁ DIVERGÊNCIAS QUE É PRECISO ULTRAPASSAR**

**P.10, P.11** - RELATÓRIO ESTADO DA EDUCAÇÃO 2014  
**HÁ NECESSIDADE DE UM COMPROMISSO POLÍTICO A 15 ANOS - CNE**

**P.12, P.13** - ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS TEM DAS PROPINAS MAIS ALTAS DA EUROPA

**P.14** - PORTUGAL RECEBE QUASE 31,5 ME PARA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ATRAVÉS DO ERASMUS+

**P.15** - CORREIO JURÍDICO  
**P.15** - LEGISLAÇÃO - OUTUBRO 2015

**P.16, P.17** - NÃO DOCENTES:  
IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA NA EDUCAÇÃO.



**P.7** - CAMPANHA DA SAÚDE FNE  
**OUTUBRO RECHEADO DE INICIATIVAS**



**P.9** - MEIA JORNADA:  
COMO SE APLICA AOS PROFESSORES?

# Campanha #obrigadoProfessor já está no terreno

## Iniciativa da FNE e dos seus sindicatos pretende valorizar a imagem social dos professores



A fragilização da imagem social dos professores é uma realidade a combater. Nem sempre o papel de quem educa e ensina é devidamente valorizado e reconhecido. A exigência de uma educação pública de qualidade deve constituir uma prioridade nacional para a qual o governo deverá mobilizar.

De forma a enaltecer a importância dos docentes no ensino e na sociedade, os sindicatos que integram a FNE têm desenvolvido uma série de atividades junto das escolas e de maior proximidade com os alunos, para promover a iniciativa e sensibilizar as crianças e os pais a levar um agradecimento especial ao/à professor/a.

A Federação Nacional da Educação tem em marcha a campanha #obrigadoprofessor, um site disponível para mensagens de apoio e reconhecimento a quem ensina. A iniciativa foi anunciada no Dia Mundial do Professor e está no terreno, com diversas iniciativas pelo país levadas a cabo pelos sindicatos que integram esta Federação. A 9 de outubro foi para o ar o sítio na Internet <http://obrigadoprofessor.pt> para todos os que querem deixar mensagens de apoio e reconhecimento ao trabalho feito por todos os que têm a árdua tarefa de ensinar e transmitir conhecimentos. O convite foi feito e bem recebido nas escolas. Ao longo do mês de outubro a campanha foi crescendo e tem contribuído fortemente para atingir o seu

grande objetivo: promover a imagem social dos professores, de modo que os bons profissionais se sintam mobilizados na profissão e não a abandonem precocemente e para que os melhores alunos queiram ser professores.



# #galeria De fotos



## # A Norte Com o SPZN



**“os Professores merecem respeito porque são eles que nos Preparam Para a vida e Para o mundo Do trabalho”**

**Telmo Rocha, aluno Do 12º ano  
Da Escola D. Sancho I em Famalicão**



# Na zona Centro Com o SPZC



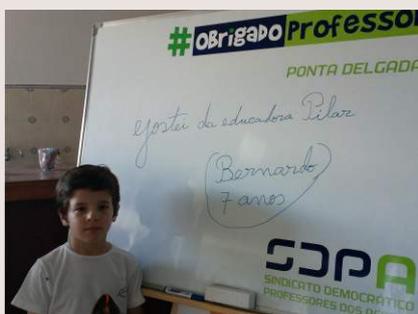
# Em Lisboa e Vale Do Tejo



**“Como qualquer ser humano sou fruto  
daquilo que fui aprendendo ao longo da minha vida...  
e ainda hoje não me esqueço da minha Professora Primária”**

**António Capelo, ator**

**SDPA # NOS Açores**

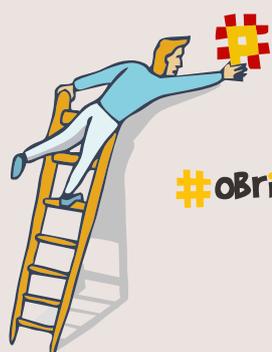


**“Eu acho que o trabalho do professor é absolutamente fundamental em interessar os alunos e fazer deles melhores pessoas”**

**Emília Silvestre, atriz**



SDP SUL # A sul



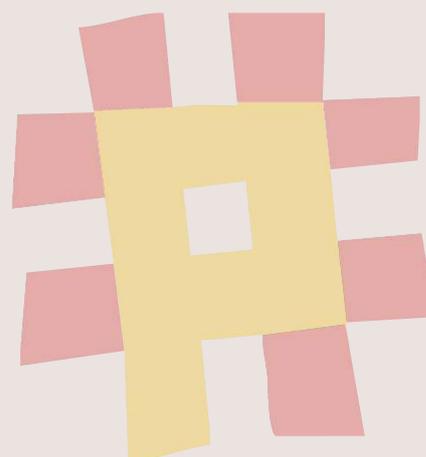
#ObrigadoProfessor



Acompanhe a Campanha em:

 [www.obrigadoprofessor.pt](http://www.obrigadoprofessor.pt)

 [www.facebook.pt/obrigadoprof](http://www.facebook.pt/obrigadoprof)



# Campanha da Saúde FNE

## Outubro recheado de iniciativas



Prossegue a bom ritmo a Campanha da Saúde da FNE que durante o mês de outubro esteve no terreno, com a realização de várias sessões de esclarecimento e debate junto dos profissionais. Stress e burnout, os problemas da voz e as lesões músculo-esqueléticas nos trabalhadores da educação foram os temas dos seminários, que se realizaram no Porto, em Braga, em Faro e na Região Autónoma dos Açores e estiveram a cargo do SPZN, do SDPSul e do SDPA, respetivamente.

Esta campanha pretende ser um instrumento de sensibilização e formação sobre doenças profissionais dos trabalhadores da educação.

A iniciativa que versará sobre os três temas acima assinalados pretende sensibilizar os profissionais da educação para estas questões e para a necessidade de intervir junto do Governo, no sentido de serem criados mecanismos de proteção destes trabalhadores.

Em Portugal, estudos recentes revelam **que 30% dos docentes têm níveis elevados de burnout e 20% apresentam níveis médios**. Há uma relação direta entre o elevado nível de burnout e os baixos níveis de satisfação no trabalho.

A prevalência de problemas de voz é igualmente elevada, sendo que 85% dos docentes nunca tiveram qualquer treino vocal durante o seu percurso profissional e a prevalência de uma perturbação vocal profissional situa-se nos 37%. O impacto económico dos problemas da voz está avaliado numa quantia superior a 4 500 milhões de euros.

Braga



Faro



Angra do Heroísmo





## Mais do que as pessoas o que importa são as políticas

Margarida Mano  
Educação e Ciência



Foi conhecido no passado dia 27 de outubro o elenco do XX Governo Constitucional e ficamos a saber que Margarida Mano irá tutelar a pasta da Educação. Para a FNE importa sublinhar que se trata de uma pessoa cujo percurso na área da Educação não é muito conhecido e que surge num contexto político de incerteza relativamente à sua efetiva entrada em funções.

Consideramos no entanto, e não havendo certezas relativamente ao que vai acontecer a seguir, que mais importante do que as pessoas são as políticas e a prática continuada do dia-a-dia.

Importa por isso conhecer o programa do Governo e aferir em que medida há vontade política de corrigir o percurso efetuado até aqui e investir verdadeiramente numa estratégia de valorização da edu-

cação e formação e no reconhecimento dos profissionais do setor.

Nesta oportunidade, a FNE reitera a necessidade de se encontrarem soluções que permitam garantir estabilidade ao setor da Educação e que a redefinição das políticas educativas que se impõe deverá ser feita num quadro de grande participação social e que as soluções venham a ser encontradas num espírito de concertação e numa perspetiva de estabilidade.

## Revisão do CCT das IPSS Há divergências que é preciso ultrapassar

A FNE, no âmbito da Frente de Sindicatos da UGT (FSUGT), reuniu a 26 de outubro, com a CNIS, sem que esta ronda negocial, que pretende rever o Contrato Coletivo de Trabalho dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), tenha resultado em avanços significativos. Contudo, as duas organizações comprometeram-se a realizar novo encontro, em novembro, para debater as matérias que as separam e ultrapassar as barreiras que estão a impedir a assinatura de um acordo.

Na mesa da negociação está a proposta da FNE para a revisão do CCT para os professores e trabalhado-

res não docentes das IPSS. O grande objetivo é revalorizar os salários do pessoal não docente em funções nas instituições particulares de solidariedade social que, desde 2010, não tiveram qualquer aumento. Em cima da mesa estão duas outras matérias. A primeira prende-se com as progressões na carreira dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário, em que a CNIS propõe uma suspensão das mesmas, assim como, a contagem do tempo de serviço por um período mínimo de dois anos e até ao momento em que forem descongeladas as progressões dos professores do setor público. A segunda matéria prende-se com a gratificação

atribuída aos educadores de infância que tenham funções de coordenação pedagógica em que a CNIS pretende reduzi-la dos cerca de 240 euros mensais para 80€ mensais.

A FNE e os sindicatos da UGT representativos do setor privado da educação têm consciência dos constrangimentos financeiros que as pequenas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) têm e continuarão a empenhar-se numa solução que sirva, quer os trabalhadores docentes e não docentes, quer o interesse das IPSS, mormente a sua estabilidade económica.



## Meia Jornada: como se aplica aos professores?

---

A recente alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que prevê a introduzir a possibilidade de concessão da meia jornada de trabalho aos funcionários públicos está a levantar algumas dúvidas relativamente aos termos em que deverá ser aplicada aos docentes.

A FNE saúda a medida mas alerta para a necessidade de atender a algumas questões específicas que decorrem da natureza das funções docentes. Nesse sentido reivindicou, em ofício enviado ao secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar no passado dia 8 de outubro, que no quadro da aplicação da lei aos docentes deverá ser tido em conta os seguintes aspetos:

:: A redução do horário de trabalho deverá ser efetuada quer na componente letiva quer na componente não letiva, proporcionalmente, e sem pôr em causa o direito dos docentes à componente individual de trabalho;

:: A contagem integral do tempo de serviço deverá servir para todos os efeitos legais (antiguidade, aposentação, progressão na carreira e concursos do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário), tendo em conta o direito fundamental que se pretende proteger, que é o da conciliação da atividade profissional com a vida familiar, o qual tem dimensão constitucional e tendo em conta os critérios já apertados para a aplicação do mecanismo em causa.

Face ao exposto a FNE solicitou que seja emitida uma nota informativa sobre esta matéria que clarifique a aplicação da meia jornada ao pessoal docente e que permita que a aplicação deste mecanismo decorra de uma forma normal e com a defesa integral dos direitos dos docentes.

## Há necessidade de um compromisso político a 15 anos - CNE



O presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), David Justino, pediu “debate, visão de futuro e compromisso político” para a educação para os próximos 15 anos, apelando à continuidade e estabilidade das políticas independentemente do Governo em exercício.

Na introdução do relatório Estado da Educação 2014, do CNE, divulgado no passado dia 17 de outubro, o também ex-ministro da Educação David Justino defendeu mudanças estruturais para áreas como a educação de infância, o sucesso escolar ou a condição docente, afirmando que os

desafios que as áreas representam “não são suscetíveis de se transformar em medidas de curto prazo”.

“Representam alterações estruturais que exigem debate, visão de futuro, compromisso político e capacidade de assegurar a continuidade das respetivas políticas. Em democracia a alternância política não pode significar errância das políticas, especialmente no domínio da educação cujo tempo é bem mais longo que o dos ciclos políticos. Esta exige convergência, visibilidade e continuidade das opções estratégicas, confiança dos atores diretamente envolvidos e capacidade para os mobilizar para a prossecução dos objetivos de médio e longo prazo”, defendeu o presidente do CNE.

Na introdução, Justino começa por analisar os progressos feitos

em 30 anos, desde que foi publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, assinalando que nos primeiros 15 anos o crescimento da economia não teve igual correspondência no aumento das qualificações dos portugueses, para nos 15 anos seguintes ser a economia aquela que não foi capaz de acompanhar o “desempenho educativo” dos portugueses, ou de “absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino” nesse período.

Com o debate sobre a Lei de Bases já anunciado, e que se prolonga até ao final do próximo ano, o CNE pretende “ao fim de trinta anos de vigência daquele diploma, avaliar o seu papel no desenvolvimento do sistema educativo nacional, identificar as insuficiências ou desvios na sua concretização, as desadequações dos seus propósitos, os desajustamentos nas suas formulações, enfim, traçar os caminhos para o futuro”.

“Mais do que ambicionar a sua substituição, pretende-se avaliar o seu poder estruturante e o seu potencial de mudança. Longe das polémicas que contaminam a reflexão e o debate franco e aberto, pretendemos contribuir para que os próximos quinze anos possam representar um salto qualitativo na educação das novas gerações de portugueses”, conclui a introdução.

## Metade das escolas públicas fechou

O mesmo relatório revela que o ensino público perdeu quase metade das escolas em 10 anos. Entre 2004 e 2014 passou de 12312 para 6575. No setor privado o caminho foi inverso, com a criação de mais 239 estabelecimentos de ensino, embora haja registo de uma quebra nos últimos quatro anos.



O número de alunos a frequentar o ensino público também sofreu uma queda nos últimos dez anos, passando de 1,47 para 1,37 milhões, enquanto o privado passou de 312 para 332 mil.

O Conselho Nacional de Educação defende que a quebra da natalidade tornará “provável” que se retome o “reordenamento da rede de oferta pública do 1.º ciclo”, afirmando ainda que o país enfrenta um “evidente problema de coesão territorial”.

David Justino, defende que a quebra de natalidade, que terá efeitos mais visíveis nas regiões menos populadas e mais envelhecidas, vem colocar “um evidente problema de coesão territorial”, com consequências na rede pública escolar, sobretudo ao nível da educação de infância e 1.º ciclo, que se vão ressentir nos próximos anos da diminuição do número de alunos.

“É neste contexto que assistiremos a situações de excesso de oferta educativa com infraestruturas e outros recursos subaproveitados. É urgente construir uma visão integrada da educação de infância e conceder a máxima prioridade à qualificação do serviço público de educação, com

especial atenção ao ensino pré-escolar e ao 1.º ciclo, canalizando os recursos em excesso para a melhoria das aprendizagens e para a prevenção do insucesso escolar”, defende David Justino.

O CNE admite ainda como “provável” que a consequência da queda nos nascimentos seja o retomar do processo de reordenamento da rede escolar.

“[...] o enorme esforço que foi desenvolvido nos últimos doze anos no reordenamento da rede de oferta do 1.º ciclo do ensino básico e que recentemente tinha sido estabilizado é provável que tenha de ser retomado, tornando-se imperiosa a ação concertada entre autoridades nacionais e locais de forma a assegurar a qualidade deste nível de ensino”, declara Justino.

# Ensino superior português tem das propinas mais altas da Europa



Portugal é um dos países europeus onde os estudantes universitários pagam propinas e taxas mais elevadas, mas é também um dos que oferece bolsas de estudo mais altas, de acordo com um relatório europeu.

Os dados constam do relatório Eurydice, que analisa sobretudo os gastos com licenciaturas, mas também com mestrados e mestrados integrados, os estudantes portugueses fazem parte de um grupo alargado de países onde todos os alunos do ensino superior pagam propinas e taxas de frequência, mas destacam-se por integrarem um grupo mais restrito de nove países nos quais o que se paga anualmente para frequentar o ensino superior varia entre os 1.001 euros e os 5.000 euros (Irlanda, Espanha,

Itália, Letónia, Lituânia, Hungria, Holanda, Suíça e Portugal).

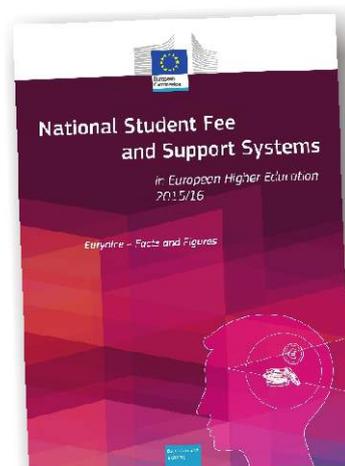
Só o Reino Unido, excluindo a Escócia (que não cobra propinas), supera estes nove países, ao cobrar mais de 5.000 euros anuais.

Por outro lado, na Estónia, desde 2013-2014, os alunos só pagam propinas se não passarem, a cada ano, a todas as disciplinas e, ainda assim, a escola pode decidir não cobrar mesmo que o aluno não atinja esse objetivo.

No que diz respeito a bolsas de estudo, Portugal, à semelhança da grande maioria dos países europeus, apoia os alunos que não tenham capacidade financeira para pagar as propinas, havendo também a possibilidade de ser dado

um apoio por mérito escolar, o que, no mapa europeu, praticamente só é possível no leste.

É no norte da Europa que há mais alunos a receberem bolsas do Estado, com a Finlândia a financiar todos os seus alunos através deste tipo de apoio.



Portugal tinha, em 2013-2014 (os últimos dados disponíveis), 17% de alunos do ensino superior com bolsas de estudo por necessidade financeira.

Quanto ao valor das bolsas de estudo, Portugal é também dos países com bolsas mais elevadas, cujo valor anual pode ultrapassar os 5.000 euros. A Islândia é o único país europeu que não tem qualquer sistema de bolsas de estudo para apoiar estudantes do ensino superior.

No relatório alerta-se no entanto, que os valores mínimos e máximos das bolsas de estudo “não devem ser considerados de forma isolada em relação a outros aspetos do sistema de apoio”.

“Na verdade, bolsas de valor elevado por necessidade financeira estão apenas disponíveis para uma minoria dos alunos, enquanto o sistema dos países nórdicos garante um nível de financiamento universal relativamente elevado”, lê-se no documento.

Os empréstimos a estudantes para financiar a sua educação estão também a ganhar expressividade, de acordo com o relatório Eurydice.

“Muitos países oferecem agora apoio, na forma de empréstimos, com os Governos a assegurarem taxas de juro e condições de pagamento. Este tipo de financiamento é usado por mais de 5% dos estudantes em 23 sistemas de ensino superior”, refere o documento.

Em Portugal os apoios à frequência do ensino superior, além das bolsas de estudo, fazem-se sobretudo na forma de benefícios fiscais e subsídios às famílias, refere o relatório.

O documento ressalva que financiar diretamente o aluno, como optam por fazer os países nórdicos, ou apoiar a família, como em Portugal ou França, é revelador de “significantes diferenças culturais na Europa”.

Com Lusa





# Erasmus+



## Portugal recebe quase 31,5 ME para educação e formação através do Erasmus+

Portugal receberá cerca de 31,5 milhões de euros, no próximo ano, através do programa europeu Erasmus+ para educação e formação, enquanto para a área geral da juventude estão alocados aproximadamente 4,6 milhões de euros.

Em informação divulgada pela Comissão Europeia, o programa que financia iniciativas ligadas à educação, formação, juventude e desporto terá em 2016 um orçamento de 2,2 mil milhões de euros que se deverá destinar a 600 mil pessoas.

No terceiro ano deste programa, no capítulo da educação e formação, o ensino superior português receberá 15,7 milhões de euros, a maior fatia do orçamento.

Em vigor desde 01 de janeiro de 2014, o programa consolidou sob um único quadro de apoio as áreas da

educação, formação, juventude e desporto e outros programas internacionais, incluindo o Jean Monnet e o Erasmus Mundus.

O programa Erasmus+ destina-se a apoiar as atividades de educação, formação, juventude e desporto em todos os setores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o ensino superior, formação profissional, educação de adultos, ensino escolar, atividades para jovens e formação no âmbito do desporto amador.

O programa tem por base o Erasmus, que apoia a mobilidade estudantes universitários e o pessoal docente do ensino superior para fins de aprendizagem, estágio ou formação.

O orçamento entre 2014-2020 para o Erasmus+ é de 14,7 mil milhões de euros.



## Legislação outubro 2015

**Portaria n.º 341/2015,  
de 9 de outubro, DR  
n.º 198, Série I**

Cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério de Educação e Ciência, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver

**Despacho n.º 11347/  
2015, de 9 de outubro,  
DR n.º 198, Série II**

Homologa as Orientações Curriculares da disciplina de Mandarim como Língua Estrangeira III no currículo dos Cursos Científico-Humanísticos do ensino secundário a partir do ano letivo de 2015/2016

**Despacho n.º 11423/  
2015, de 12 de outubro,  
DR n.º 199, Série II**

Define o calendário de realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, as condições de aprovação e os valores a pagar pela inscrição, consulta e pedido de reapreciação da mesma, referentes ao ano escolar 2015-2016

**Despacho n.º 11970-  
B/2015, de 23 de outu-  
bro, DR n.º 208, Série II**

Comprovação de declarações médicas apresentadas para efeitos de mobilidade de docentes, realizadas por recurso à Junta Médica da ADSE

**Um professor licenciado sindicalizado num sindicato da FNE com profissionalização em Ensino de Música num colégio associado na AEEP, terminado o ano letivo 2014/2015, em 31 de agosto de 2015, completou 15 anos de serviço.**

**A partir de 1 de setembro, e de acordo com o tempo de serviço que possui, tem direito a receber o salário de acordo com o escalão A5?**

A progressão na carreira ocorre a 1 de setembro de cada ano quando nessa data o trabalhador reúne as condições previstas para a progressão.

No caso em apreço, e desde que preenchidos todos os requisitos de progressão na carreira, o professor tem direito a receber de acordo com o escalão A5, já que preenche o requisito de tempo exigido para a progressão.

**Um vigilante, que de acordo com o CCT celebrado entre a FNE e a AEEP em 2014, publicado no BTE n.º 30 de 15/08/2014, estava enquadrado na categoria N, em que categoria é reclassificado com a entrada em vigor do novo CCT celebrado entre a FNE e a AEEP, publicado no BTE n.º 29 de 08/08/2015?**

De acordo com o artigo n.º 74.º n.ºs 2 e 3 do novo CCT, os vigilantes são reclassificados na categoria P, não podendo esta reclassificação implicar perda de vencimento.

Deste modo, apesar da alteração de categoria, o trabalhador mantém o vencimento que auferia anteriormente, até que, pela progressão em função do tempo de serviço, passara nível de valor superior.

## NÃO DOCENTES: Importância Estratégica na Educação.

É necessário refletir sobre a importância dos não docentes na educação. Desde logo na Educação e não nas escolas. É, talvez, a única profissão que se conhece, que é uma negação de outra (Não Docente). E já alguém perguntou a estes profissionais da educação se querem ser docentes? (Alguns talvez sim, pois concluíram as suas Licenciaturas, Mestrados e até Doutoramentos na área da educação). Talvez, no passado, tenha havido necessidade de diferenciar, não quero pensar que pela negativa, mas a palavra Não está lá. Será um estigma que ficou?

Não conheço Hospital onde haja Não Médicos ou Não Enfermeiros; não me parece, também, que nos Tribunais existam Não Juizes.

Todos estes profissionais (Não docentes) sabem qual o papel que desempenham nas escolas, no entanto é necessário e urgente reconhecer a sua importância na educação. Os projectos educativos têm de começar a incorporar esta realidade. A comunidade escolar tem, definitivamente, de valorizar estes profissionais enquanto seus pares e perceber a importância estratégica dos mesmos.

Portugal implementou políticas de universalização do acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário. Esta expansão do

ensino, que agora se quer de muita qualidade, nem sempre foi acompanhada de instrumentos e do financiamento necessários, muito menos da reflexão que se impunha e do acompanhamento no terreno das mudanças que se operaram.

A falta de especificidade e conteúdo das carreiras dos profissionais da educação Não Docentes, a falta de formação, as remunerações baixas, um sistema de avaliação que não funciona (onde só existe o fundo da pirâmide, pois o SIADAP1 e SIADAP2 não é utilizado no organismo – Escola), têm como consequência a degradação da profissão e a desmotivação dos seus profissionais.

No entanto é esta a Escola que se pretende que seja um espaço de formação para a cidadania, formadora de empreendedores, respeitadores das regras democráticas e das diferenças culturais, promotora de cidadania ativa e participativa, de consciências críticas em todas as áreas para que desta forma as várias gerações promovam um País de inclusão e com qualidade social, mas também é esta a Escola que não pode deixar de fora da Educação um privilegiado interlocutor que tem uma enorme quantidade de horas de contacto (em idades cujos comportamentos são extremamente influenciáveis por tudo o que os rodeia) com todas as

crianças e jovens de um País.

Este importante interlocutor é só, e talvez na maioria dos casos, o primeiro a quem os nossos filhos recorrem quando têm problemas. São estes que sem dúvida, no espaço escolar, se apercebem mais cedo das suas fragilidades sociais, familiares e até físicas.

Os profissionais da educação Não Docentes trabalham, com crianças dos 3 anos aos 18 anos. Será preciso lembrar a influência que estes profissionais têm sobre a educação das nossas crianças e jovens? Estes profissionais, apesar



de tanta desmotivação, não passam o dia a "gritar" para as crianças, não demonstram falta de interesse pela escola e não se alheiam das suas tarefas. Têm sempre um sorriso na entrada da Escola e um Bom Dia para dar.

A verdade é que é talvez o orgulho na profissão e a compreensão da importância da mesma que faz com que estes profissionais digam sempre "presente" quando são chamados.

Acompanhar crianças ao Hospital e ficar lá, um bom par de horas, muitas vezes após o término do

seu dia de trabalho, servir de enfermeiro, massagista, conselheiro, gestor de conflitos, é, para além das tarefas que lhes estão atribuídas, o dia-a-dia dos Assistentes Operacionais da Educação.

E o que dizer de Assistentes Técnicos da Educação que lidam diariamente com Alunos, Pais, Encarregados de Educação e Professores e que assumem responsabilidades que implicam diretamente na vida profissional de uns e na vida pessoal de outros? Quem ajuda (e de que maneira) a gerir uns bons milhões

de euros (sim ... milhões) em cada Agrupamento de Escolas?

E os Psicólogos, Terapeutas da Fala, Assistentes Sociais, Interpretes de Língua Gestual e Formadores e demais Técnicos que não sabem bem se são carne ou peixe e que sentem que lhes é aplicado, de entre as opções Docente ou Não Docente, aquelas que mais os prejudicam?

Afinal as competências técnicas e humanas exigidas a estes trabalhadores, e às quais eles respondem positivamente, são parte do desenvolvimento da educação.

Falta agora reconhecer estes profissionais como parceiros de pleno direito no processo educativo, investindo-os de estatuto próprio, especificando as dependências hierárquicas, os conteúdos funcionais, as carreiras, a participação nos órgãos de gestão e os direitos e os deveres destes membros da comunidade educativa.

É necessário que também os Não Docentes prossigam o seu trabalho de procurar uma cada vez maior qualidade da Educação, com a dignidade e a importância que conquistaram e as quais se torna imperioso reconhecer.

Marco Pina  
Dirigente STAAEZN



# saúde

2015  
campanha nacional



## campanha nacional

sensibilização e formação  
sobre doenças profissionais  
dos trabalhadores da educação



fne

MGEN

europamut

fne.pt

**FICHA TÉCNICA**  
outubro 2015

**proprietário**  
Federação Nacional da  
Educação

**diretor**  
João Dias da Silva

**editor**  
Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
Fátima Martins e Paulo Amadeu

**secretariado**  
Teresa Morais e Teresa Burnay

**sindicatos membros**  
Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato  
Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos  
Açores \* Sindicato Democrático dos  
Professores da Madeira \* Sindicato dos  
Professores nas Comunidades Lusíadas \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores,  
Assistentes e Auxiliares de Educação da  
Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos  
Superiores, Assistentes e Auxiliares de  
Educação da Zona Centro \* Sindicato dos  
Técnicos Administrativos e Auxiliares de  
Educação do Sul e Regiões Autónomas

**responsável administrativo e financeiro**  
Joaquim Fernandes

**redação**  
Rua Costa Cabral, 1035 \* 4200-226 Porto \*  
tel. 225073880 \* fax. 225092906 \*  
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques

fne